



## Intervenção por ocasião da apresentação do Plano de Segurança para as Praias de Matosinhos

10 de julho de 2023

Bom dia a todas e a todos,

Queria saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Dra. Luísa Salgueiro, a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, Dra. Isabel Oneto, o Senhor Chefe de Estado Maior da Armada, Almirante Gouveia e Melo, em representação da Senhora Ministra da Defesa Nacional, a quem quero agradecer, porque sem esta cooperação não seria possível este protocolo.

Quero cumprimentar também o Senhor Adjunto do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana, a Senhora Comandante Metropolitana do Porto da Polícia de Segurança Pública, o Senhor Comandante do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana, o Senhor Comandante do Porto de Leixões, mas também aqui representante da Autoridade Marítima.

Minhas Senhoras e meus Senhores, demais Autarcas aqui presentes.

Portugal é um dos países mais pacíficos do mundo. Esta é uma imagem e uma marca que é indiscutivelmente muito relevante das

condições da realização plena da cidadania dos direitos, das liberdades e das garantias dos cidadãos, e também do modelo de desenvolvimento que faz com que Portugal continue a ser um país que atrai cidadãos de várias regiões do mundo. E hoje mesmo, cidadãos dos países mais avançados do mundo que aqui encontram a segurança como fator crucial do desenvolvimento e da sua realização enquanto cidadãos.

Na última classificação, voltámos a estar entre os 5 mais pacíficos da União Europeia e estamos nos sete mais pacíficos do mundo. E chamo a atenção, baixámos uma posição.

Tem a ver com 2 fatores, tive o cuidado de ler com atenção o relatório.

Um dos critérios, teve que ver com o facto de ter havido uma crise política, neste caso uma interrupção da legislatura e, portanto, foi um fator que contribuiu, com umas pequenas centésimas, para o critério de perda, de estabilidade política e, portanto, no fim de 2021 e de transição para 2022.

E depois um outro critério, o quadro de conflito, e da participação no conflito militar, que se vive na Europa e, portanto, também não resultante da capacidade de intervenção e da qualidade da intervenção das nossas Forças de Segurança.

Portanto, temos razões para aqui deixar ficar uma palavra de agradecimento, mais uma vez, às Forças e aos Serviços de Segurança, e também à Autoridade Marítima e ao Ministério da

Defesa Nacional por esta cooperação entre Forças e Serviços, as diferentes autoridades, para continuar a afirmar Portugal como um dos países mais pacíficos do mundo.

O mesmo acontece no distrito do Porto e como se pôde ver, na Área Metropolitana do Porto e também no concelho de Matosinhos. Eu diria que os dados de 2022, na comparação com o período pré-pandémico, são dados muito significativos: menos 1500 participações.

E há um dado que importa sublinhar, é que são menos 1500 participações criminais, pese embora, as Forças de Segurança terem tido, em 2022, mais 20% de nível operacional do que 2019.

Mais operações de informação, mais operações de sensibilização, mais operações de prevenção criminal, maior número de patrulhas e de intervenções e, mesmo assim, uma redução muito significativa nos registos criminais.

Contudo, o desconfinamento trouxe também uma vontade imensa de socialização, de reencontro com a vida coletiva e, particularmente, os mais jovens encontram nesta qualidade, que é, de facto, uma qualidade que existe nesta costa, um espaço de recreio, de lazer e de convívio e de festividade. E, naturalmente que esta vontade, após dois anos de confinamento, se tem traduzido também em ameaças e riscos para os mais jovens.

Nomeadamente, por força também, como aqui já foi explicado, de nestas praias, que é uma grande frente de praia,

estarem servidas por aquela que é talvez uma das melhores redes de transporte e de mobilidade de toda a Área Metropolitana, o que faz com que aqui confluam cidadãos de todas as gerações, provenientes de toda a Área metropolitana do Porto, e mesmo do interior e de outras regiões, de outros municípios, da região Norte.

O que significou a necessidade de podermos reforçar os níveis de cooperação entre as Forças e Serviços da Administração Interna e as Forças e Serviços do Ministério da Defesa Nacional.

E eu queria, neste momento, aqui deixar ficar uma palavra à Senhora Ministra da Defesa Nacional, que hoje aqui não pôde estar porque está a acompanhar o Senhor Primeiro-Ministro numa representação da Aliança Atlântica no exterior, e fez-se representar pelo Senhor Almirante Gouveia e Melo, Chefe de Estado Maior da Armada, a quem quero agradecer pela sua presença e aos seus serviços, que aqui demonstraram aquilo que é muito relevante, ilustrado do ponto de vista do sentido de Estado e do sentido de Serviço Público.

As Forças e Serviços de Segurança, terem a capacidade para que, independentemente da jurisdição pela qual são responsáveis, solicitar o apoio às outras Forças e Serviços, para que conjugadas e cooperativamente possam responder às necessidades que são diagnosticadas. Esta necessidade foi diagnosticada em primeiro lugar pela Senhora Presidente da Câmara, como não poderia deixar de ser, na medida em que os Autarcas têm um especial cuidado e uma proximidade muito grande com a vida das comunidades locais.

Ela própria, não apenas como Presidente da Câmara de Matosinhos, mas também como Presidente, e digna Presidente, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, contactou-me dando conta desta sua preocupação. E foi também este alerta que nos foi dado pela Senhora Presidente da Câmara de Matosinhos, quer junto de mim, quer junto da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, que nos levou a que, no âmbito da Estratégia Integrada de Segurança Urbana, nós tenhamos colocado o objetivo de alargarmos os programas de segurança para territórios que têm vindo a manifestar expressões que exigem uma atenção especial, nomeadamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, aprofundando uma experiência que tinha vindo a ser desenvolvida no Algarve.

E agora, com um olhar ainda mais atento e um comprometimento maior das Forças de Segurança, darmos resposta ao Programa Praias Seguras, que se inicia hoje, com este acordo de cooperação para as praias de Matosinhos, e dentro de dias faremos o mesmo na praia de Carcavelos, na Área Metropolitana de Lisboa, que apresenta também sinais equivalentes e que, aliás, são já conhecidos.

Neste caso, são já conhecidos prontos doutros períodos históricos, onde em regra ocorrem também circunstâncias que exigem uma atuação preventiva e interventiva de nível reforçado, entre as Forças e os Serviços de Segurança.

Quero por isso agradecer a todas e a todos este esforço. À Senhora Presidente da Câmara Municipal, pelo facto de ter estado

na primeira linha do alerta e da sensibilização para a necessidade de desenvolvermos este trabalho. À Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, o trabalho também de preparação e de articulação entre as diferentes Forças e Serviços. E à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana, à Autoridade Marítima, à Polícia Municipal, um agradecimento por este espírito de cooperação que aqui em Matosinhos é já uma marca.

Recordava-me há pouco a Senhora Presidente da Câmara que, entre outros investimentos, tem também investimentos nas próprias viaturas que tem vindo a oferecer às Forças de Segurança. E esta é uma boa demonstração de como o poder local, não tendo funções de soberania, pode contribuir para a qualidade das funções e serviços de soberania do Estado.

Deslocar-me-ei de seguida para Oeiras, onde vamos subscrever um acordo com a Câmara Municipal, que vai ceder também alguns terrenos para a construção de edifícios para alojamento dos nossos polícias, em condições mais dignas. E é um trabalho que está a ser feito com várias autarquias deste país, portanto, uma palavra de agradecimento por este espírito de cooperação, que mais do que servir cada uma das jurisdições de *per si*, serve o interesse do Estado e serve o interesse público. E é para isso que estamos todos, e para isso é que fizemos um juramento, uns num contexto, outros noutros, de serviço ao Estado e de serviço ao bem comum, ao interesse público.

Muito obrigado.